



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 872/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 11410/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Atalaia do Norte.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sra. Neurani Rodrigues Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI – Relatório Conclusivo nº 074/2016 (fls. 1672/1718).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5200/2016–MPC–ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls.1719/1720).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício de 2015.

Revelia. Contas Irregulares. Glosa. Multas. Prazo. Recomendações à Origem. Encaminhamento ao MPE. Arquivamento.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- CONSIDERAR a responsável **REVEL**, com fulcro no art. 20, §4º da Lei 2423/1996 (lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas) pela ausência de apresentação de defesa e/ou documentos, consoante impropriedades elencadas na Notificação nº 2/2016 – C/DICAMI;

9.2- JULGAR IRREGULARES as Contas da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, sob a gestão da Sra. **Neurani Rodrigues Araújo**, exercício financeiro de 2015, com fundamento no art. 22, III, “b” e “c”, da Lei Estadual nº 2423/96 face à permanência das impropriedades elencadas no item 9 do Relatório/Voto, nos respectivos subitens ali citados;

9.3- CONSIDERAR em GLOSA a ordenadora de despesas, Sra. **Neurani Rodrigues Araújo**, no montante de R\$ **241.547,50** (duzentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e sete reais, cinquenta centavos) referente a não comprovação de despesas realizadas, com devolução aos cofres públicos do valor corrigido, nos moldes do art. 306, Parágrafo único, inciso III, da Resolução nº 04/2002-Regimento Interno do TCE, devido às restrições não sanadas, descritas nos subitens 9.2; 9.6 e 9.9 do Relatório/Voto;

9.4- APLICAR MULTA à gestora, Sra. **Neurani Rodrigues Araújo**, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art.308, V da Resolução nº 04/2002, no valor de R\$ **10.000,00** (dez mil reais), pela prática de atos ilegítimos e antieconômicos, que resultaram em danos ao Erário, face à permanência da impropriedade elencada nos subitens 9.2; 9.6 e 9.9 do Relatório/Voto;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 872/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.5- APLICAR MULTA à gestora, Sra. **Neurani Rodrigues Araújo**, nos termos do artigo 54, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art.308, VI da Resolução nº 04/2002, no valor de R\$ **8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), pela prática de atos com grave infração à norma legal, regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, face à permanência das impropriedades elencadas nos subitens 9.1; 9.3; 9.4; 9.5; 9.7; 9.8; 9.10 à 9.16;

9.6- CONCEDER a responsável o **prazo** de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais, do valor imputado dos débitos, autorizando-se, desde já, o setor responsável deste Tribunal a proceder a execução deste título (art. 71, §3º da CRF/88), encaminhando-se, se for o caso, as peças necessárias à execução judicial à Procuradoria Geral do Estado, tão logo transcorrido o prazo para a interposição de eventuais recursos ou adotada decisão terminativa;

9.7- RECOMENDAR à origem o seguinte:

a) Edite ato normativo visando a estabelecer regras com critérios objetivos e formulários padronizados para a concessão de diárias e passagens;

b) Evite a prática de pagamento de salário indireto, por diárias, bem como planeje com rigor a concessão destas, em atendimento ao princípio da economicidade e eficiência;

c) Faça constar nos processos de concessão de diárias os comprovantes, a fim de demonstrar a correta aplicação das despesas;

d) Concilie mensalmente as rubricas contábeis ativo e passivo, bem como promova o devido recolhimento dos encargos, taxas, contribuições e impostos, observando o prazo legal de cada obrigação;

e) Regularize as pendências existentes nas rubricas: consignação e retenções e perfaz a soma de R\$ 12.347,46 (doze mil, trezentos e quarenta e sete reais, quarenta e seis centavos);

f) Realize estudos visando à realização de concurso para atender às demandas da câmara municipal;

g) Mantenha lastro junto à unidade bancária, visando honrar compromissos firmados perante terceiros quando da emissão de cheques para pagamentos, evitando a emissão de cheques sem provisão de fundos;

h) Afaste a prática de pagamentos em espécie;

i) Afaste a prática de nepotismo;

j) Afaste a prática de pagamentos fora do prazo, com incidência de juros, multas e atualizações monetárias;

k) Observe com rigor o estipulado no art. 94 da lei nº 4.320/64, que estabelece normas e procedimentos para salvaguarda de bens públicos;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 872/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.8- ENCAMINHAR ao Ministério Público Estadual as peças processuais necessárias à demonstração de necessidade de investigação e apuração de atos de improbidade administrativa, nos termos do art. 22 da Lei nº 8429/92, devendo esta providência ser adotada pela Secretaria do Tribunal Pleno imediatamente após a publicação da Decisão que resultar deste processo, tendo em vista os prazos prescricionais contidos no art. 25 da referida Lei;

9.9- DETERMINAR ao SEPLENO que após o trânsito em julgado, efetue o registro e proceda ao posterior **arquivamento**, nos moldes regimentais.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de Outubro de 2016.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral